



Pub. Obrigatória

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos da lei e dos estatutos, são convocados os Sócios da firma CONCARSUL COMÉRCIO DE CARNES, LDA., Sociedade por quotas matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Amadora com o n.º único de matrícula e de pessoa colectiva 501 862 412 para se reunirem em **Assembleia Geral**, na sua sede social na Rua Alfredo Silva, 12, Alfragide, concelho de Amadora, no próximo dia **29 de Dezembro de 2014** pelas **15h00m**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Aumento de Capital Social da empresa no montante de 725.000,00€, de 2.275.000,00€ para 3.000.000,00€, por conversão de suprimentos de sócios ou por novas entradas em dinheiro.
2. Em consequência do decidido no ponto 1 da ordem do dia, alterar o Artigo Quarto dos estatutos da sociedade de forma a reflectir o montante de capital social que a Sociedade passará a ter após o aumento de capital.
3. Outros assuntos de interesse geral

Estará disponível aos sócios na sede da empresa qualquer informação prévia que entendam pertinente até à data da assembleia.

Município da Nazaré Câmara Municipal EDITAL N.º 100/2014 ANÚNCIO DE HASTA PÚBLICA

DR. WALTER MANUEL CAVALEIRO CHICHARRO, Presidente da Câmara Municipal da Nazaré **TORNA PÚBLICO**, a hasta pública para alienação do **PRÉDIO URBANO - ANTIGA CANTINA, propriedade do Município da Nazaré.**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ALIENANTE
Município da Nazaré, Contribuinte Fiscal n.º 507 012 100, com sede na Avenida Vieira Guimarães, n.º 54, 2450-951 Nazaré, com o telefone n.º 262 550 010, Fax n.º 262 550 019 e endereço electrónico: geral@cm-nazare.pt.

OBJECTO

O Município da Nazaré pretende alienar:

• **PRÉDIO URBANO - EDIFÍCIO DA ANTIGA CANTINA COMPOSTO DE RES-DO-CHÃO, PRIMEIRO ANDAR E SÓTÃO**, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Nazaré, sob o n.º 465, com a área total de 67,65 metros quadrados, sito na Rua da Pátria, n.º 82 - Nazaré.

BASE DE LICITAÇÃO

O valor base de licitação é de **110.000,00 €** (cento e dez mil euros).

LANÇO

As ofertas de licitação serão aceites em lances mínimos de 1.000,00 € (mil euros).

PROPOSTAS

1 - As propostas devem indicar um valor para arrematação igual ou superior à base de licitação respectiva e ser acompanhadas de um cheque, no valor correspondente a 25% do valor da proposta, emitido à ordem do Município da Nazaré e cumprir com os demais requisitos indicados no processo.

2 - A proposta deve ser apresentada em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito, dirigido ao Presidente da Comissão, com a designação: "Proposta para a alienação do prédio sito na Rua da Pátria, n.º 82 - Nazaré (antiga CANTINA)."

3 - A proposta, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo A, será redigida sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

4 - A proposta será assinada pelo proponente, ou seu representante legal e, sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito.

5 - O valor da proposta oferecido pelo proponente será expresso em Euros, devendo o montante ser indicado por algarismos e por extenso, sendo a este que se atende em caso de divergência entre o expresso e em algarismos.

6 - A proposta deve ser entregue pessoalmente, contra recibo, ou enviada por correio, sob registo, devendo ser elaborada uma lista das propostas apresentadas, de acordo com a respectiva apresentação.

7 - Se a apresentação da proposta for feita pelo correio, o concorrente será o único responsável pelo atraso que porventura se verificar, não podendo apresentar reclamação na hipótese da recepção ocorrer já depois de esgotado o prazo de entrega de propostas.

DATA LIMITE PARA ENTREGA DE PROPOSTAS

As propostas deverão ser entregues/recepcionadas até às 16.00 horas do dia 05 de Janeiro de 2015.

LOCAL E HORA DA PRAXA

O acto público realizar-se-á no dia útil seguinte ao termo de apresentação de propostas, **(06 de Janeiro de 2015)**, pelas 10.00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município da Nazaré.

CONSULTA/FORNECIMENTO DO PROCESSO

1 - O processo de alienação poderá e deverá ser consultado, nos dias úteis, das 9,00 horas às 12,30 horas e das 14,00 às 16,00 horas, no Gabinete de Relações Públicas da Câmara Municipal da Nazaré e no website do Município em www.cm-nazare.pt, até à data e hora limite da entrega de propostas.

2 - Mediante pedido formulado por fax ou email, o processo poderá, ainda, ser remetido via electrónica, de forma gratuita. Para o efeito, tais pedidos devem ser dirigidos:

a) Fax: 262 550019

b) Email: olinda.lourengo@cm-nazare.pt

3 - Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos. Para constar e devidos efeitos, se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Nazaré, aos 11 de Dezembro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal da Nazaré,
Walter Manuel Cavaleiro Chicharro (Dr.)

Município de Loures AVISO



DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOURES

Tiago Farinha Matias, vereador da Câmara Municipal de Loures, no âmbito das competências subdelegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures através do Despacho n.º 333/2013, de 30 de outubro de 2013, torna público, nos termos dos n.os 5 a 8 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 4612009, de 20 de Fevereiro, que a Câmara Municipal de Loures, em reunião pública realizada em 26 de novembro de 2014, aprovou o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Loures.

O Relatório de Ponderação da Discussão Pública integra todas as participações, incluindo reclamações, sugestões, observações, e pedidos de esclarecimento, que foram objeto de ponderação, bem como as respetivas respostas fundamentadas.

Este relatório encontra-se disponível para consulta dos interessados na página da Internet da Câmara Municipal, em www.cm-loures.pt e no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, sito na Rua Ilha da Madeira, n.º 4, R/C, em Loures, todos os dias úteis, entre as 9:00 horas e as 16:00 horas.

O VEREADOR - TIAGO MATIAS

Comarca de Lisboa Norte

Anúncio - Torres Vedras – Inst. Local – Secção Cível – J2 (CM, 20/12/2014)

Processo: 76/14.3TBTVD; Ação Popular; N/Referência: 120662203; Data: 25-11-2014; Autor: Jaime Manuel Mató Cabrita Carneiro; Réu: Carlos Miguel e outros(s). Nos autos acima identificados, correm editos de 15 dias, contados da data da afixação do último edital, citando os titulares dos interesses, para no prazo de 15 dias decorrido que seja o dos editos, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar e ainda para dentro do mesmo prazo, declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelos Autores ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhe serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos, tudo nos termos do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 83/95. Consigna-se que o pedido consiste em ser: a) declarado que a imposição de pagamento de selo de estacionamento e Torres Vedras constitui enriquecimento sem causa para os Réus; b) declarado que o estacionamento na cidade de Torres Vedras não pode nem deve ser taxado por imposição unilateral dos Réus e aliena contra a mobilidade em espaços públicos; c) Declarado que a exigência de entrega de documentos pessoais e de transporte de passageiros junto à Expo Torres constitui descaracterização da paisagem natural e ofensa à qualidade de vida in loco; d) declarado que a densificação automobilística in loco e o impacto ambiental negativo sobre a qualidade de vida dos cidadãos traduzem violação do art.º 1.º da Lei 83/95 de 31/8.º; e) devem os RR ser condenados a providenciar por transportes gratuitos a ponto de serem usados por todos os contribuintes pelo que, viajar em carro próprio começaria a ser percebido como um luxo; f) devem os RR ser condenados a restituir aos incautos Municípios o valor do "selo de estacionamento", os documentos pessoais "recolhidos" até à abstenção de invadir a privacidade de todos os cidadãos, assim respeitando o Povo, no que devem ser condenados. Fica advertido de que não é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

O Juiz de Direito - Dr.º Raquel Monteiro Baptista
O Oficial de Justiça - Dulce Passos

Município de Loures Câmara Municipal EDITAL N.º 1/2014



António Manuel Pombinho Costa Guilherme, Vereador da Câmara Municipal de Loures:

Faz público que por deliberação da Câmara Municipal de Loures, tomada na sua 25.ª reunião ordinária, de 29 de outubro de 2014, e após afixação deste Edital, é, nos termos do n.º 1 do artigo 117.º e do n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, na sua atual redação, submetido a audiência de interessados e à apreciação pública o "Projeto de Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes", pelo prazo de trinta dias úteis, a contar da data de afixação do presente Edital, cujo texto poderá ser consultado no sítio da Câmara Municipal em www.cm-loures.pt (Boletim de Deliberações e Despachos - Edição n.º 21, de 29 de outubro de 2014).

De acordo com o n.º 2 do citado artigo 118.º, convidam-se todos os interessados a remeter por escrito, a esta Câmara Municipal, eventuais sugestões e ou observações dentro do período atrás mencionado, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, 2674-501 Loures ou por correio eletrónico geral@cm-loures.pt.

Para constar e produção dos efeitos legais se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais públicos do costume e publicado no sítio da internet da Câmara Municipal de Loures.

Loures, 18 de novembro de 2014

Por delegação e subdelegação de competências (Despacho n.º 333, de 30-10-2013, do Sr. Presidente da Câmara)

O Vereador - António Pombinho

Comarca de Lisboa – Instância Central Lisboa ANÚNCIO

1ª Secção do Comércio - J4 - Processo n.º 1618/13.7TYLSB
Insolvência de J. J. Oliveira e Martins, Lda.

Por determinação do administrador da insolvência e com a concordância da comissão de credores, recebem-se propostas em carta fechada para a venda do bem imóvel que a seguir se discrimina:

VERBA N.º 4 - Prédio urbano, composto por lote de terreno destinado a construção, com área de 500,00 m², sito na Rua do Sepilhão n.º 1, Póvoa de Penafirme, freguesia de A dos Cunhados, concelho de Torres Vedras, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1149/19880613 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 4746, com o valor mínimo de 33.660,00€.

Aa verba é vendida no estado jurídico e físico em que se encontra.

As propostas devidamente identificadas com nome, número de contribuinte, telefone e morada deverão ser enviadas, dentro de outro envelope com menção de "proposta de compra insolvência de J. J. Oliveira e Martins, Lda. ", para o escritório do Administrador da Insolvência na Rua Dr. Rafael Duque, 23 D, 1500-249 Lisboa, até ao dia 8 de Janeiro 2015.

As propostas serão abertas no dia 9 de Janeiro de 2015, pelas 12.00 horas, na Rua Dr. Rafael Duque, n.º 23 D, 1500-249 Lisboa, na presença dos credores e proponentes que pretenderem assistir.

O proponente vencedor após notificação da adjudicação, entregará o montante correspondente a 20% do valor, por transferência bancária ou em cheque emitido à ordem de "Massa Insolvente de J. J. Oliveira e Martins, Lda."

Posteriormente será notificado para a realização da escritura pública de compra e venda, onde deverá entregar os restantes 80% do preço aceite, em cheque visado/bancário à ordem da Massa Insolvente.

O terreno poderá ser visitado no local e esclarecimentos adicionais poderão ser prestados pelo administrador da insolvência Dr. Nuno Miguel Nascimento Lemos através do endereço de correio electrónico: lisboa@nascimentolemos.pt

Pub. Obrigatória Anuncie



Por telefone:

210 494 998

Colégio Militar

Recepção de anúncios

(Metropolitano)

Das 8.30h às 18.00h (2.ª a 6.ª)

Das 10.00h às 18.00h

(Sáb., Domingos e Feriados)

Comarca de Aveiro Anúncio - Águeda - Inst. Local Secção Cível - J1

(CM, 20/12/2014)

Processo: 114/10.9T2AGD. Ação de Processo Sumário. N/Referência: 81434355. Data: 24-10-2014. Autor: Barclays Bank, Plc e outros(s). Réu: By Far - Comércio de Carvão, Lda. Faz-se saber que nos autos acima identificados, fica citada a ré: By Far - Comércio de Carvão, Lda., domicílio: Póvoa do Poço, Recardães, Águeda, 3750-724 Recardães - Águeda, com última residência conhecida na morada indicada para, no prazo de 20 dias, decorrida que seja a dilação de 30 dias, contada da publicação do anúncio, contestar, querendo, a ação, com a cominação de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pela autora e que em substância o pedido consiste na ré pagar à Autora a quantia de € 22.600,34 (vinte e dois mil seiscentos euros e trinta e quatro centimos) e respectivos juros até integral pagamento e bem assim como do competente imposto de selo e respectivas custas, tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra nesta secretária, à disposição da citanda. O prazo é contínuo, suspendendo-se, no entanto, nas férias judiciais. Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil. Fica advertido de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

O Juiz de Direito
Dr.ª Margarida Oliveira
O Oficial de Justiça
Arnaldo Moreira da Costa

Comarca de Lisboa Norte

Anúncio - Torres Vedras
Inst. Local - Secção Cível - J1 (CM, 20/12/2014)

Processo: 2041/14.1TBTVD. Interdição / Inabilitação. N/Referência: 120976033. Data: 16-12-2014. Requerente: Célia Maria Ferreira Ribeiro Duro Alves. Requerido: Maria Emilia Ferreira Duro. Faz-se saber que foi distribuída neste tribunal, a ação de Interdição/Inabilitação em que é requerido Maria Emilia Ferreira Duro, com residência em domicílio: Lar do C. S. P. N.º Sr.ª Luz, R. Parada Militar, 12, Parada, 2560-053 A-DOS-CUNHADOS, para efeito de ser decretada a sua interdição por anomalia psíquica.

A Juiz de Direito
Dr.ª Ana Paula Silva
Carapinha Gomes
O Oficial de Justiça
Celia Francisco

Comarca de Faro

Anúncio - Portimão
Inst. Local - Secção Cível - J2 (CM, 20/12/2014)

Processo: 1120/14.0TBTPTM. Interdição / Inabilitação. N/Referência: 94476386. Data: 05-11-2014. Requerente: José Manuel Gonçalves Bernardo. Requerido: Vasco Manuel Gonçalves Bernardo. Faz-se saber que foi distribuída neste tribunal, a ação de Interdição/Inabilitação em que é requerido Vasco Manuel Gonçalves Bernardo, solteiro, nascido a 10/03/1967, natural de Alvor -Portimão, filho de José Jacinto Bernardo e de Eugénia Amândia Gonçalves, com domicílio: Rua 5 de Outubro, Número 33 Figueira, Mexilhoeira Grande, 8500-130 Mexilhoeira GRANDE, para efeito de ser decretada a sua interdição por anomalia psíquica.

A Juiz de Direito
Dr.ª Maria José Dias da Cunha
A Oficial de Justiça
Maria Dália Vicente

Município de Loures AVISO



ABERTURA DO SEGUNDO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOURES

Tiago Farinha Matias, vereador da Câmara Municipal de Loures, no âmbito das competências subdelegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures através do Despacho n.º 333/2013, de 30 de outubro de 2013, torna público, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 2322/2007, de 15 de junho, que a Câmara Municipal de Loures, em reunião pública realizada em 26 de novembro de 2014, deliberou submeter a um segundo período da discussão pública a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Loures e o respetivo Relatório Ambiental, alterados na sequência do primeiro período de discussão pública, fixando o prazo de 30 dias úteis, com início a partir do 5.º dia útil após a publicação deste Aviso em Diário da República. Esta proposta, acompanhada pelo relatório de ponderação das reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados por particulares, encontra-se disponível para consulta dos interessados na página da Internet da Câmara Municipal, em www.cm-loures.pt e no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, sito na Rua Ilha da Madeira, n.º 4, r/c, em Loures, todos os dias úteis das 09:00 às 16:00 horas. Todos os interessados podem formular por escrito as reclamações, observações e sugestões ou pedidos de esclarecimento sobre a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Loures, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, utilizando para o efeito impresso próprio, disponível no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e em www.cm-loures.pt. As participações devem ser entregues pessoalmente ou remetidas por correio para o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, na Rua Ilha da Madeira, n.º 4 r/c, 2674-501 Loures, ou para o endereço de correio eletrónico da Divisão de Planeamento Municipal de Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana, revisao_pdm@cm-loures.pt.

Loures, 27 de novembro de 2014

O VEREADOR - TIAGO MATIAS

VENDA

Insolvência Luís Miguel da Graça Vicente - Processo nº 5547/12.3TBSXL

2ª Juízo Cível do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Seixal

Por determinação da Exma. Sra. Administradora da Insolvência e com o acordo da Comissão Credores / Credor Hipotecário, vamos proceder à venda extrajudicial, na modalidade de propostas em carta fechada, do imóvel a seguir identificado, apreendido no processo de Insolvência supra mencionado:

Imóvel em venda:

Fracção autónoma "A", R/C Dto.,destinada habitação, com 75,51m2, sita na Rua Professor Dr. Egas Moniz, nº18, Vale do Abelha, freguesia Aldeia de Paio Pires, concelho Seixal, distrito Setúbal, C.R.P. do Seixal: 515, matriz u:589; **Valor mínimo de venda: 38.500,00€**

Condições de Venda:

As propostas devem ser enviadas para a Sede da Onefix – Leiloeiros, Lda., Rua da República, nº 40 – 39, 2670 - 469 Loures, até ao dia 2 de Janeiro de 2015, através de carta registada com aviso de recepção, dentro de subscrito, fazendo menção a "Insolvência Luís Miguel da Graça Vicente – Proposta compra", devendo constar nome, morada, identificação fiscal e valor proposto, pelo que não serão consideradas as enviadas posteriormente. As propostas serão abertas na sede da Onefix – Leiloeiros, Lda., no dia 6 de Janeiro de 2015, às 10h, na presença da Administradora da Insolvência e dos proponentes que queiram estar presentes, pelo que na eventualidade de existirem propostas de igual valor será no imediato aberta licitação entre os proponentes. No acto da adjudicação (8 dias após notificação da adjudicação) o ofertante deverá proceder ao pagamento de 20% do valor da venda à ordem Massa Insolvente, bem como ao pagamento de 5% a título de comissão de venda, acrescido de IVA à taxa legal, à ordem de Onefix – Leiloeiros, Lda. O valor remanescente, ou seja, 80% do valor da venda, deverá ser liquidado no acto de Escritura de Compra e Venda, a realizar no prazo de 90 dias correntes, sendo da responsabilidade do comprador o pagamento de todas as despesas relacionadas com a transacção.

Visitas mediante marcação prévia para 912 449 040 (Nelson Cardoso)

ONEFIX

ONEFIX – Leiloeiros, Lda.

Rua da República, 40 – 3.º, 2670-469 Loures

Telefone: 219 823 163 • Fax: 219 822 278

www.onefix-leiloeiros.pt / comercial@onefix-leiloeiros.pt



PRÉ-AVISO DE GREVE

AO TRABALHO EM DIA FERIADO QUE, POR ESCALA, SEJA DIA NORMAL DE TRABALHO

Em defesa dos seus direitos, pela manutenção do descanso compensatório e das percentagens de acréscimo remuneratório previstos nas convenções colectivas aplicáveis, os dos usos e costumes praticados nas empresas relativas ao trabalho prestado em dia feriado que, por escala, seja dia normal de trabalho, é emitido o seguinte Pré-Aviso de Greve, para os trabalhadores representados pelos Sindicatos do âmbito da Fiequimetal:

• Ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

• Aos Governos Regionais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

• A todas as Associações Patronais e a todas as empresas abrangidas pelo âmbito dos Sindicatos filiados na FIEQUIMETAL - Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacéutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas, bem como de outras empresas com trabalhadores representados pelos Sindicatos filiados.

Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º da Constituição da República Portuguesa e do art.º 534.º Código do Trabalho, torna-se público a todos os interessados que os trabalhadores das empresas do âmbito acima referido e representados pelas organizações signatárias, ficam abrangidos pelo presente pré-aviso de greve, que se inicia às 00,00 horas do dia 07/01/2015 e termina às 24,00 horas do dia 31/12/2015, a concretizar nos seguintes termos:

• Não realização de trabalho em dia feriado que, por escala, seja dia normal de trabalho.

• O período de paralisação atrás referido poderá ser prolongado ou antecipado, nomeadamente nos horários de turnos, cujo efeito do presente pré-aviso de greve se prolongará até ao final do turno que termina no dia seguinte, ou se antecipará para o início do turno que começa no dia anterior.

Os objectivos da greve são os seguintes:

✓ Efectivação do descanso compensatório e das percentagens de acréscimo remuneratório do trabalho prestado em dia feriado que, por escala, seja considerado dia normal de trabalho;

✓ Pela negociação da Contratação Colectiva e respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores;

✓ Contra o desemprego e pelo emprego de qualidade e com direitos.

A segurança e manutenção de equipamentos e instalações, durante o período de greve, a que se refere o n.º 3 do art.º 537.º do C.T., serão assegurados pelos trabalhadores nos mesmos moldes em que o são nos períodos de interrupção de funcionamento ou de encerramento e que sempre se têm revelado suficientes.

Nos sectores a que se referem os números 1 e 2 do art.º 537.º do C.T., os trabalhadores assegurarão ainda a prestação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nos termos em que sempre foram assegurados e se têm revelado suficientes, bem como quaisquer outros serviços que, em função de circunstâncias concretas e imprevisíveis, venham a mostrar-se necessários à satisfação dessas necessidades.

A representação dos trabalhadores em greve é delegada, aos diversos níveis, nos sindicatos e suas formas de representação descentralizadas, nas comissões intersindicais e sindicais, delegados sindicais e piquetes de greve. Lisboa, 19 de Dezembro de 2014

O Secretariado

PRÉ-AVISO DE GREVE

AO TRABALHO SUPLEMENTAR

Em defesa dos seus direitos, pela manutenção do descanso compensatório e das percentagens de acréscimo remuneratório do trabalho suplementar previstos nas convenções colectivas aplicáveis, bem como dos usos e costumes praticados nas empresas, é emitido o seguinte Pré-Aviso de Greve, para os trabalhadores representados pelos Sindicatos do âmbito da Fiequimetal:

• Ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

• Aos Governos Regionais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

• A todas as Associações Patronais e a todas as empresas abrangidas pelo âmbito dos Sindicatos filiados na FIEQUIMETAL - Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacéutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas, bem como de outras empresas com trabalhadores representados pelos Sindicatos filiados.

Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º da Constituição da República Portuguesa e do art.º 534.º Código do Trabalho, torna-se público a todos os interessados que os trabalhadores das empresas do âmbito acima referido e representados pelas organizações signatárias, ficam abrangidos pelo presente pré-aviso de greve, a concretizar nos seguintes termos:

• Não realização de trabalho suplementar em todas as situações possíveis, nomeadamente: prolongamento ou antecipação do horário normal de trabalho, dias de folga, feriados, descanso semanal obrigatório ou complementar e ainda nos casos de prevenção ou disponibilidade ou outras de natureza similar.

• O período de greve ao trabalho suplementar inicia-se às 00,00 horas do dia 07 de Janeiro de 2015 e termina às 24,00 horas do dia 31 de